

PRINCIPAL LEGISLAÇÃO SOBRE A ÁGUA POTÁVEL:

Declaração Universal dos Direitos da Água ONU em 1992.

Portaria 518/2004

Estabelece os procedimentos e responsabilidades para controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e o padrão de potabilidade.

Decreto 24.643 de 10 /07 / 1934

Dispõe sobre o Código de Águas

RESOLUÇÃO No 357, DE 17 DE MARÇO DE 2005

Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.

Portaria 10/1999

Define teores de concentração do flúor solúvel nas águas para consumo humano fornecidas pelos sistemas públicos de abastecimento.

Decreto 5.440/2005

Estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informações ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.

Resolução CONAMA 020/1986

Estabelece classificação de águas, doces, salobras e salinas do território nacional.

Lei Federal 9.433 de 08/01/1997

A lei que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos

Lei Federal 9.984 de 17/07/2000

Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas ANA;

Lei Federal 11.445/2007

Lei de Saneamento Básico

Decreto 79367 de 09/03/1977

DISPÕE SOBRE NORMAS E O PADRÃO DE POTABILIDADE DE AGUA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS